

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE GERAÇÃO DE RENDA POR
MEIO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS ORIGINADOS
PELA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA¹**

The Solidary Economy as an income generation way through recycled urban solid wastes originated by programmed obsolescence.

La economía solidaria como una forma de generar ingresos a través del reciclaje de residuos sólidos municipales generados por la obsolescencia programada

Stephanie Funari Amaral Gusmão

Administradora, UNOESTE, Brasil
stephaniefagusmao@gmail.com

Edilene Mayumi Murashita Takenaka

Professora Doutora, UNOESTE, Brasil.
edilene@unoeste.br

¹ Artigo produzido na disciplina Meio Ambiente e Economia Solidária-curso Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional/Unoeste

RESUMO

A obsolescência programada pode ser definida como tática utilizada pela indústria que reduz deliberadamente a vida útil de seus produtos com foco exclusivo no aumento do lucro e a economia solidária como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão e seu surgimento pode ser explicado pela ocorrência do desemprego estrutural, em virtude da substituição de pessoas por máquinas. O objetivo do presente artigo foi, a partir da pesquisa bibliográfica, destacar o aumento de resíduos sólidos urbanos gerados pela população por meio da obsolescência programada, relacionando-os a proposta da economia solidária. Concluímos que, a adoção da coleta seletiva de materiais recicláveis (os resíduos sólidos urbanos) gerados pela obsolescência programada juntamente com a proposta da economia solidária leva a uma prática de alternativa de geração de trabalho e renda a favor da inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Obsolescência programada. Economia solidária. Inclusão Social. Resíduos sólidos urbanos.

ABSTRACT

The programmed obsolescence may be defined as a tactic used by industry which reduce deliberately the operating life of its products with exclusive focus on profits increase and the solidary economy as a set of economic activities of production, distribution, consumerism, savings and credit, organized in a self-management form. Its appearing can be explained by the occurrence structural unemployment, due to the replacement of people by machines. The aim of this paper was, from the bibliographic research, highlight the increase of urban solid wastes generated by population through the programmed obsolescence, relating the solidary economy proposal. It was concluded that the adoption of selective collection of recycled materials (urban solid wastes) generated by the programmed obsolescence together with the solidary economy proposal lead to a practice of alternative of job and income generation in favor of social inclusion.

KEY WORDS: Programmed Obsolescence. Solidary Economy. Social Inclusion. Urban solid wastes.

RESUMEN

La obsolescencia programada se puede definir como una táctica utilizada por la industria que reduce deliberadamente la vida de sus productos con foco exclusivo en el aumento de la economía solidaria y ganancias como un conjunto de actividades económicas de producción, distribución, consumo, ahorro y préstamo, organizada bajo como yo y su apariencia puede ser explicado por la ocurrencia de desempleo estructural, debido al desplazamiento de personas por máquinas. El objetivo de este artículo era de la búsqueda en la literatura, resaltar el aumento de los residuos sólidos municipales generados por la población a través de la obsolescencia programada, en relación con la propuesta de la economía solidaria. Llegamos a la conclusión de que la adopción de la recogida selectiva de materiales reciclables (RSU) generados por la obsolescencia programada con la propuesta de la economía solidaria conduce a una alternativa práctica para generar empleo e ingresos para la inclusión social.

PALABRAS CLAVE: Obsolescencia programada. Economía solidaria. La inclusión social. RSU.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970 a urbanização no Brasil sofreu um aumento significativo, pois com a industrialização a população abandonou o campo por falta de oportunidades de trabalho para viver na cidade em busca de melhores condições de vida.

De acordo Lopes (2006, p. 13) “A industrialização acelerada e desordenada vivida pelas metrópoles contemporâneas amplia os desequilíbrios ambientais [...]”. Sendo assim, as indústrias atuais praticam a obsolescência programada, que é uma das estratégias para estimular o consumo e com isso ampliar seus ganhos, não se preocupando com os resíduos sólidos que são gerados e descartados no meio ambiente.

“Fala-se da obsolescência programada, enquanto ardilosa tática utilizada pela indústria que reduz deliberadamente a vida útil de seus produtos com foco exclusivo no aumento do lucro.” (SANTOS; DOMINQUINI 2013, p. 2).

Com isso, a quantidade de resíduos sólidos está aumentando de forma significativa, pois como o produto está com a vida útil menor, adquirem-se novos produtos gerando, assim, mais resíduos.

Existem alguns casos em que as pessoas preferem comprar algo novo a consertar o velho pois, na maioria das vezes, constata-se que peças de reposição e mão-de-obra para o conserto são mais onerosas. Dessa forma, adquirir um novo produto torna-se mais atraente do ponto de vista monetário, além de modernizar o ambiente.

Entretanto, a partir de tal prática, fica claro que os consumidores ainda não se conscientizaram de que os produtos descartados são direcionados em grande parte, para o lixo comum dada a incipiente implantação e prática da coleta seletiva nos municípios brasileiros.

Daí a importância de programas e ações sobre a coleta seletiva e o descarte adequado dos resíduos gerados a partir da produção e rejeição de produtos e mercadorias.

Em 1992, a Agenda 21², reunindo ações a serem adotadas em cada país, incluiu a gestão do lixo como tema prioritário. Em sua 3ª edição (2001), a Agenda 21, em seu item 4.19 previa que:

Ao mesmo tempo, a sociedade precisa desenvolver formas eficazes de lidar com o problema da eliminação de um volume cada vez maior de resíduos. Os governos, juntamente com a indústria, as famílias e o público em geral, devem envidar um esforço conjunto para reduzir a geração de resíduos e de produtos descartados, das seguintes maneiras: (a) Por meio do estímulo à reciclagem no nível dos processos industriais e do produto consumido; (b) Por meio da redução do desperdício na embalagem dos produtos; (c) Por meio do estímulo à introdução de novos produtos ambientalmente saudáveis.

² Agenda 21-Trata-se de um completo plano de ação, sendo um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável, além de, único resultado de conferências com temática socioambiental realizadas nos últimos 20 anos que foi entregue como um guia orientador à sociedade como um todo.

Dessa forma, a coleta seletiva como prática racional para a implementação da política dos 4 R's (reduzir, reciclar, reutilizar, repensar) passa a ter um papel fundamental para um adequado gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos.

De acordo com Brum e Hillig (2010, p.123)

Existem diferentes proposições sobre a utilização de “erres” como forma de resistência ao processo de degradação ambiental, mas embora estas não sugiram exatamente os mesmos princípios, possuem basicamente o mesmo propósito. Então, reduzir significa economizar; reutilizar propõe o aproveitamento total de tudo o que se consome; reciclar é o aproveitamento do que não pode ser reduzido ou reutilizado; repensar nossos atos.

Diante disso, verificamos que reduzir é controlar o impulso do consumo, reciclar é a transformação e o processamento do material, reutilizar é o reaproveitamento dos produtos e repensar é a informação que leva a pessoa ter uma postura diferente, agindo com responsabilidade.

De acordo com Barros (2015), dentro da nossa cultura temos uma experiência mínima em relação à inclusão social, pois existem pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem colaborar com aqueles que não estão dentro dos padrões de normalidade, estabelecido por um grupo que é a maioria. Mas, é sempre bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando essas pessoas são colocadas em um grupo que as aceite, acrescentando valores morais e de respeito ao próximo, tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida.

Diante disso, as ações de inclusão social, tem um público definido pelo nível de pobreza entre pessoas desempregadas que, na maioria das vezes, apresentam-se como mão-de-obra desqualificada com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

A reutilização dos resíduos sólidos pela população com baixa qualificação profissional não é uma atividade recente, mas nas últimas décadas houve um aumento na catação de resíduos, diante do aumento da população nas cidades, do enriquecimento dos resíduos e o aumento da desigualdade social. (LOPES, 2006)

Sendo assim, esse aumento de resíduos sólidos nos aterros não se encontra maior por causa dos trabalhadores que atuam nas ruas coletando e dando o destino correto aos resíduos sólidos urbanos recicláveis, além, de proporcionar para si uma forma de geração de renda.

A estrutura de muitos empreendimentos impõem fortes restrições à adoção de formas de produção de baixo impacto ambiental. Com isso, se desenvolvem novas formas de produção e adotam-se novos insumos para o setor, como a reciclagem de materiais. (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010)

Diante disso, a economia solidária entra como forma de geração de trabalho e renda a partir dos próprios reciclados coletados pelos trabalhadores nas ruas e com isso deixando a informalidade de lado.

De acordo com Singer e Souza (2003), a proposta da Economia Solidária pode ser definida como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão e seu surgimento pode ser explicado pela ocorrência do desemprego estrutural, em virtude da substituição de pessoas por máquinas.

Diante disso, a Economia Solidária visa diminuir a desigualdade social em parceria com o Estado, além, de ofertar empregos para quem não se enquadra mais no mercado de trabalho capitalista, visando de certa forma a inclusão social das pessoas que aderem a sua proposta.

O presente artigo buscou destacar o aumento de resíduos sólidos urbanos gerados pelos consumidores por meio da obsolescência programada, relacionando-os a proposta da Economia Solidária.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, feita através de livros e artigos específicos de autores renomados sobre o tema, levando em conta a proposta de destacar o aumento de resíduos sólidos urbanos gerados pelos consumidores por meio da obsolescência programada, relacionando-os a proposta da Economia Solidária.

2 OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: “O IMPULSO INVISÍVEL DA SOCIEDADE DE CONSUMO”

O consumo desenfreado começou no final do século XX e início do XXI e isso afetou de forma direta o meio ambiente. A sociedade contemporânea passou de produtora a consumidora.

O termo obsolescência programada ou planejada surgiu no Natal de 1924 quando ocorreu em Genebra uma reunião com a participação dos principais fabricantes de lâmpadas do mundo instalados nos Estados Unidos. (SANTOS; DOMINQUINI, 2013)

De acordo o documentário “Comprar, tirar, comprar - La historia secreta de la obsolescência programada” que traz, ainda, o depoimento de Markus Krajewski da Universidade Bauhaus de Weimar na Alemanha, ele conta que no natal de 1924 ocorreu em Genebra uma reunião com objetivos escusos de se criar o primeiro cartel do mundo para controlar a produção de lâmpadas para que todos os fabricantes envolvidos se beneficiassem igualmente, com o nome de Phoebus e tinha como objetivo a troca de patentes e o controle da produção mundial, com foco principalmente no controle do consumidor que seria conduzido a comprar lâmpadas com regularidade, uma vez que se elas tivessem vida útil reduzida seria uma vantagem econômica. Além disso, o projeto secreto contou com a participação dos principais fabricantes de lâmpadas do mundo instalados nos Estados Unidos, Europa e até em colônias africanas. (SANTOS; DOMINQUINI, 2013)

A obsolescência programada de acordo com Santos e Dominiquini (2013) é o motor secreto da sociedade de consumo, como o planejamento do ato de tornar algo obsoleto, isto é, algo que caiu em desuso. E com isso a sociedade atual se tornou vítima do consumo e não compram mais para satisfazer sua necessidade e sim para satisfazer um desejo de consumir algo novo.

A obsolescência programada se trata de uma lógica perversa, cujo dogma impõe que se as pessoas não comprarem a economia não vai crescer. (SANTOS; DOMINQUINI, 2013). Sendo assim, a durabilidade dos produtos diminui a cada dia, pois para se vender mais e gerar mais lucros os produtos tem se tornado, em sua maioria descartáveis e com isso estimulando o consumidor a comprar cada vez mais.

Segundo Lopes (2006), o hábito dos consumidores, alcançou padrões insustentáveis, imperando a cultura do “produto descartável”, enaltecido pelas propagandas como prático e moderno. Diante disso, o conceito de “ter” se sobrepõe ao de “ser”.

Dessa forma, o consumidor mesmo tendo um produto em bom estado de conservação, resolve comprar um novo e descartar o antigo, pois ele está estimulado a comprar compulsoriamente, não pensando para onde está indo todo esse resíduo sólido urbano.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE GERAÇÃO DE RENDA

A Economia Solidária já existia no Brasil no século XIX, mas permaneceu adormecida boa parte do século XX, voltando forte na última década. Ela só veio à tona com o crescimento da exclusão, das desigualdades sociais e da insuficiência dos modelos do Estado. Diante disso, a economia solidária veio como forma inovadora para promover a geração de trabalho e renda como alternativa ao capitalismo.

“A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.” (SINGER; SOUZA, 2003, p.13)

A proposta da economia solidária visa somente o que é necessário, a igualdade e o coletivo, agregando as pessoas e não o capital, sendo assim, muitas vezes as pessoas que se inserem não são tão bem remuneradas, como é caso dos catadores que realizam a coleta de resíduos sólidos urbanos recicláveis e com isso ajudam a preservar e a minimizar os danos ambientais. Diante disso, eles deveriam receber o justo para conseguir se manter financeiramente, mas não é isso que acontece.

A Economia Solidária é centrada no ser humano e em sua capacidade de desenvolver soluções para os problemas que o afetam de forma democrática e participativa, substituindo o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações. (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010). Como ela visa à autonomia, então, os empreendimentos são propriedade daquele que trabalham nele, ou seja, são donos e funcionários ao mesmo tempo.

Uma das vantagens das propostas da Economia Solidária é que elas tendem a ser mais motivadoras á que os associados participam diretamente das decisões e recompensas geradas por estas iniciativas, diferentemente das empresas tradicionais que atuam de forma capitalista, ou seja, que permitem uma hierarquia dentro delas e que se não for respeitada o trabalhador será desvinculado e substituído por outro que se adeque.

A Economia Solidária é a capacidade de articular, reunir e transformar conhecimentos sob bases solidárias num grau tal que se torne realmente uma alternativa de produção e de

consumo sustentáveis ao mercado capitalista como está colocado.(BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010)

O fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de todos os seres humanos está dentro do conceito de Economia Solidária. (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010) Sendo assim, ela visa o “ser” e não “ter”.

Por meio da fórmula “ganha-ganha”, podemos reciclar errantes e fracassados, reduzir gastos públicos com despesas sociais e de destinação do lixo urbano, viabilizar, pela exploração dos trabalhadores e a negação de direitos, empresas do negócio do lixo e outras socialmente responsáveis e, ao mesmo tempo, “salvar o planeta”. (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010)

A inclusão social do catador na Economia Solidária por meio da coleta de resíduos sólidos recicláveis é a possibilidade de diminuir o trabalho informal nas ruas das cidades e com isso proporcionar uma melhoria no orçamento de quem adere os princípios da Economia Solidária. Diante disso, toda a biodiversidade ganha de alguma forma, isto é, os catadores que reciclam os resíduos sólidos urbanos e geram uma renda por meio da Economia Solidária, a comunidade como um todo e o meio ambiente, ou seja, a fauna e a flora.

CONCLUSÃO

As pessoas necessitam perceber que, a obsolescência programada é uma tática das empresas para venderem mais produtos e com isso gerarem mais lucratividade. Sendo assim, maioria dessas empresas dizem que é dessa maneira que a economia capitalista sobrevive. Pois, com isso o mercado de trabalho também fica aquecido, gerando-se mais empregos para a população em geral e quanto mais emprego, mais renda e mais as pessoas consomem.

Mas, essas empresas não pensam como os consumidores realizarão o descarte dos produtos e nem se haverá alguém para fazer a reciclagem, não ligando para o meio ambiente e somente pensando no quanto vão ganhar com as aquisições dos consumidores.

Diante disso, os catadores de resíduos sólidos recicláveis tem um papel de suma importância para o meio ambiente. Pois, de certa forma eles fazem o gerenciamento desses resíduos sólidos urbanos, fazendo a reciclagem antes de chegar ao aterro sanitário e com isso reduzindo a possibilidade do resíduo sólido virar rejeito por causa do grau de contaminação.

Portanto, os catadores de resíduos sólidos urbanos que aderem a Economia solidária saem da informalidade e ela também vem com a proposta de ajudá-los a gerar uma renda a partir dos próprios reciclados que, são gerados pela obsolescência programada das empresas.

AGRADECIMENTO

Agradeço a UNOESTE, o MMADRE e a professora Dra. Edilene Mayumi Murashita Takenaka.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, J. **Inclusão Social**. 2015. Disponível em:

<<http://www.brasile scola.com/educacao/inclusao-social.htm>> Acesso em: 07 abr. 2015.

BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S.O. **Economia solidária em Londrina**: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira**. 3. ed. Brasília, 2001.

BRUM, A. B. N.; HILLIG, C. **Repensando o consumismo**: uma reflexão sobre a necessidade de um “consumo responsável”, v.1, n.1, p. 115-128, 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/viewFile/2300/1400>> Acessado em: 26 abr. 2016.

LOPES, J. **Gestão e gerenciamento integrados de resíduos sólidos urbanos**: alternativas para pequenos municípios. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP.

SANTOS, H. R.; DOMINQUINI E. D. **A insustentabilidade da obsolescência programada**: uma violação ao meio ambiente e aos direitos do consumidor, 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ea2af5ea4aabdca1>> Acesso em: 20 nov. 2015.

SINGER, P.; SOUZA A.R. **Economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.